

UM MITO, UM REI, UMA BANDEIRA A BATALHA DE OURIQUE E O SÍMBOLO DA IDENTIDADE NACIONAL

Verónica Gomes
Universidade de Aveiro

PALAVRAS CHAVE

Batalha de Ourique, Milagre de Ourique, D. Afonso Henriques, Mito, Símbolo, Bandeira, Mudança, Política, História, Identidade Nacional, Cultura, Povo

RESUMO

No presente estudo pretende-se, através do enquadramento histórico de Afonso Henriques na Batalha de Ourique e a formação da lenda do Milagre, questionar o poder simbólico associado a este evento histórico que ficou retratado no brasão de armas da nação, que se encontra inscrito na bandeira nacional. Analisar a evolução gráfica do símbolo, tendo em conta a conjuntura histórico - política, e de que forma este expressa a identidade nacional, cultural e crença colectiva.

Por último, delinear algumas anotações da bandeira nacional face ao contexto sociocultural vigente.

INTRODUÇÃO

Se ao longo dos tempos foi sendo comum contar os factos da História tal como eram passados de geração em geração, já na historiografia moderna são vários os autores que os problematizam, como por exemplo, a questão da Batalha de Ourique e do mito a ela associado, apontando diversos aspectos de incoerência e factos não provados.

Na verdade, a Bandeira Portuguesa, símbolo nacional, nos primórdios da sua origem funcionou, em primeira análise, como elemento diferenciador dos grupos intervenientes nos campos de batalha. Posteriormente foi assumindo outras representações nomeadamente a do sentimento de pertença e união ao país.

Através do enquadramento histórico de Afonso Henriques na Batalha de Ourique e a formação da lenda do Milagre, pretende-se questionar o poder simbólico associado a este evento histórico que ficou retratado no brasão de armas da nação, que se encontra inscrito na bandeira nacional. Analisar a evolução gráfica do símbolo, tendo em conta a conjuntura histórico - política da origem de Portugal, e de que forma este expressa a identidade nacional, cultural e crença colectiva. Despertar consciências para a adequabilidade e legibilidade do símbolo no enquadramento sócio-cultural vigente e abertura de Portugal ao contexto europeu.

I. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA e POLÍTICA

A Batalha de Ourique,

travou-se a 25 de Julho de 1139 entre D. Afonso Henriques e os muçulmanos, com vitória para o primeiro rei português. A tradição relata a vitória de D. Afonso Henriques sobre um numeroso contingente muçulmano comandado por cinco reis. Modernamente a historiografia pensa que o exército muçulmano não seria tão numeroso, devido à situação de crise vivida pelos muçulmanos na Península e no Norte de África (Dicionário da Língua Portuguesa, 2003-2011).

Séculos mais tarde, surge o Milagre de Ourique, uma lenda que dita que antes da Batalha "teria surgido Cristo a D. Afonso Henriques, assegurando-lhe a vitória e a protecção futura do reino. Desta forma a independência de Portugal assentava na vontade expressa de Deus" (Dicionário da Língua Portuguesa, 2003-2011).

Durante os séculos XV (data do surgimento da lenda) até XVII a lenda foi-se aperfeiçoando e detalhando.

De notar que a lenda surgiu e foi reforçada em duas situações em que Portugal necessitava de consolidar a sua independência e autonomia. A partir do século XIX foi posta em causa, primeiro por Herculano e posteriormente pela moderna historiografia (Dicionário da Língua Portuguesa, 2003-2011).

É na dualidade de posições relativamente à importância do Milagre de Ourique no contexto social e de formação da identidade nacional que os estudos de Ana Isabel Carvalhão Buesco, Angela Dutra de Menezes e Damião Peres se revelam importantes.

Se por um lado,

o milagre de Ourique surge, pois, em primeiro lugar, na estratégia dos que o defendem, como um facto de cuja veracidade não é possível duvidar, em virtude de uma crença contínua e uniforme transmitida pelos séculos. Para além deste aspecto, porém, torna-se evidente que intervém um segundo factor que coexiste dialecticamente com o primeiro: a inverosimilhança como prova paradoxal da veracidade. Deste modo, a inverosimilhança e a veracidade histórica tornam-se prova e garantia de um destino extraordinário, e coexistem sem incompatibilidade no pensamento dos defensores de Ourique (Buesco, 1987: 148).

Por outro, os que a par com Alexandre Herculano, assumem uma postura opositora relativamente ao culto de crenças estabelecidas "que não só nega a intervenção divina antes da batalha, como põe em causa a sua lendária grandeza como confrontação militar" (Buesco, 1987: 148).

Numa abordagem muito concisa e definida, Menezes (2007: 30), resume a questão de Ourique, afirmando que "Tudo sobre Ourique são conjunturas" pese embora

a história é tão importante que marcou o imaginário português, permanece no brasão do país – cinco escudos de cinco quinas, cada qual com cinco bolas, representando os cinco reis mouros degolados na batalha – e, finalmente, tornou Afonso Henriques um rei de facto e de direito (Menezes, 2007: 30s).

Esta polémica em torno da questão de Ourique abarca inclusive o local exacto da Batalha "há uma controvérsia entre os historiadores aceitando uns a versão tradicional, que a localiza em Ourique do Baixo Alentejo, e fixando-a outros mais ao norte, em Chão de Ourique, a 15 quilómetros do Cartaxo, ou em Campo de Ourique a 7 quilómetros de Leiria" (Peres, 1969:44).

Considerando todas as questões que se referem à veracidade e verosimilhança do acontecimento pode dizer-se que "é impossível separar verdade e lenda na biografia de Afonso Henriques" e que "o infante que pretendia ser rei virou mito" (Menezes, 2007:35).

II. CONTEXTUALIZAÇÃO CULTURAL

A identidade nacional traduz a identificação de pertença, por um conjunto de indivíduos, a um determinado grupo.

A consciência de pertença é um processo histórico que evoluiu ao longo dos tempos até ao que, hoje em dia, se conhece como identidade nacional.

Para tal, muito contribuíram um conjunto de momentos, maioritariamente marcados por confrontos militares com outras nacionalidades, que pretendem justificar a extensão a outros grupos sociais da percepção de pertença à categoria de portugueses, "as guerras contra Castela nos reinados de D. Fernando e de D. João I" (Mattoso, 1998:17) foram decisivas no processo de categorização da identidade nacional.

A vinda de indivíduos com usos e costumes, comportamentos, línguas e religiões diferentes, fortaleceu o sentimento de pertença nacional, possibilitando a identificação com os símbolos do poder.

As armas do rei tornam-se, assim, as armas nacionais, o que significa que a obediência que se exige de todos os seus vassallos se apresenta como uma expressão da sua própria identidade. É pela obediência ao rei que os portugueses se distinguem de todos os outros homens do mundo. É por seguirem a bandeira do seu rei que na batalha se distinguem dos seus inimigos. Sob a sua protecção estão seguros de todos os perigos (Mattoso, 1998:11s).

III. EVOLUÇÃO GRÁFICA

A percepção de pertença materializa-se no uso de símbolos, utilizados ao longo de toda a história, como instrumentos de identificação.

"Já na Antiguidade os grandes chefes – como por exemplo os faraós, os imperadores, os reis – utilizavam figuras de animais para marcarem presença diante de amigos e inimigos" (Magalhães e Alçada, 1997:2).

O símbolo da bandeira assume, no período da Idade Média, um poder identificativo e unificador de extrema importância, pois servia como orientação para os combatentes.

Desde a Independência de Portugal, a 1143, que a bandeira sofreu alterações sempre associadas a motivos concretos, na maioria a mudanças de reis.

A bandeira usada por D. Afonso Henriques, entre 1143 – 1185, "era também a bandeira de Portugal e, segundo a tradição, tinha uma cruz azul sobre fundo branco" (Magalhães e Alçada, 1997:6).

Não há registo da bandeira usada por D. Sancho I, porém supõem-se, tendo em conta os selos e moedas daquele tempo, que

tinha fundo branco com cinco escudetes azuis polvilhados de besante (discos de metal) prateados, em número variável, segundo a tradição os escudetes dispostos em forma de cruz representavam as cinco chagas de Cristo ou os cinco mouros que o seu pai, D. Afonso Henriques, teria vencido na batalha de Ourique (Magalhães e Alçada, 1997:7).

Foi usada também por D. Afonso II (1211-1223) e D. Sancho II (1223-1248).

Num clima de instabilidade social e anarquia de valores e regras, o povo chamou o príncipe Afonso, que vivia em França, para suceder ao seu irmão D. Sancho II. Contudo, houve alguns portugueses que ficaram do lado de D. Sancho II impelindo os irmãos para o campo de batalha.

Ora não faria sentido que os dois irmãos se defrontassem no campo de batalha sob a mesma bandeira. Por isso D. Afonso III acrescentou à bandeira real uma bordadura vermelha com castelos a ouro (Magalhães e Alçada, 1997:7s).

É porém, a partir deste reinado que se fixou "para sempre aquilo que se tornou o núcleo da bandeira nacional: cinco escudetes azuis, com cinco besantes brancos e uma faixa vermelha com castelos" (Magalhães e Alçada, 1997:8).

A tendência de fixação de números, frequente em heráldica, levou a uma estabilização do número de besantes dos escudetes em cinco, dispostos dois, um, dois" (Governo da República Portuguesa, 2009).

De 1248 até 1383, passando pelos reinados de D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, a bandeira manteve-se a mesma.

Assiste-se a uma simples modificação quando D. João, mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I é escolhido pelos portugueses para subir ao trono, que à partida, pelas leis da época, não tinha direito. "Assume o governo como D. João I e inicia a dinastia de Avis" e introduz, na bandeira, a "cruz da ordem militar de Avis, a verde", figurando apenas "os remates que têm a forma de flor-de-lis" (Magalhães e Alçada, 1997:8).

Usaram esta bandeira, os reis D. Duarte (entre 1433- 1438) e D. Afonso V (1438-1481).

Entre 1481-1495, D. João II

mandou que fossem retirados das armas reais os remares de flor-de-lis e que se colocassem verticalmente as quinas laterais no escudo. A bordadura de vermelho manteve-se semeada de castelos de ouro, embora a tendência do seu número fosse de sete ou oito nas bandeiras usadas na época (Governo da República Portuguesa, 2009).

Uma mudança mais significativa, no aspecto visual da bandeira, ocorre

no reinado de D. Manuel I, as armas reais foram fixadas em fundo branco. Tinham ao centro o escudo português com uma bordadura de vermelho carregada de sete ou oito castelos de ouro e sobre ele foi colocada uma coroa real aberta. A forma do escudo diferiu nos dois reinados. Enquanto D. Manuel predominava o escudo rectangular com a parte inferior terminado em cunha, no reinado de D. João III acentuou-se a forma rectangular com o fundo redondo - o chamado escudo português. O mesmo aconteceu quanto às quinas que acompanharam aquelas formas (Governo da República Portuguesa, 2009).

Efectivamente, ao longo da evolução da bandeira parece ser este o momento de maior transformação visual que a bandeira assume, mantendo algumas características até aos dias de hoje.

Os reis D. Manuel I (1495-1521) e D. João III (1521-1557) fizeram uso desta bandeira até ao reinado de D. Sebastião que "subiu ao trono com três anos e foi educado no sonho de fazer grandes conquistas no norte de África, recuperar terras que se tinham perdido no reinado anterior e alargar o império português" (Magalhães e Alçada, 1997:10). É dentro deste imaginário de expansão e poder que a coroa real, que figurava na bandeira, é substituída por uma coroa imperial e o escudo arredondado.

"O aparecimento da coroa fechada relacionava-se com o reforço de autoridade do poder real" (Governo da República Portuguesa, 2009).

Com a morte do Cardeal D. Henrique e, uma vez que não deixara descendentes, sobe ao trono o parente mais próximo, Filipe II, rei de Espanha que, apesar das lutas travadas contra os portugueses que não queriam um estrangeiro a governar o país, "soube fazer valer os seus direitos e iniciou a dinastia Filipina que durou 60anos" (Magalhães e Alçada, 1997:10). Durante este período a bandeira não sofreu alterações.

No dia 1 de Dezembro de 1640, dá-se a restauração da independência nacional, com a expulsão dos espanhóis e a subida ao trono de D. João, duque de Bragança, que assumiu o governo como D. João IV, dando início à dinastia de Bragança. A coroa da bandeira portuguesa é alterada de forma a assinalar o evento.

Na aclamação de D. João IV, a bandeira branca com o escudo nacional, encimado pela coroa real fechada com os cinco arcos em vista, constituiu o símbolo da Restauração. Embora neste período a bandeira não tenha sofrido alterações significativas, no reinado de D. João V, o escudo foi modificado com uma fantasia ao gosto da época, terminando o bordo inferior em bico de arco contracurvado e a coroa passou a conter um barrete vermelho ou púrpura (Governo da República Portuguesa, 2009).

Em 1808, a família real teve que fugir para defender o trono das invasões francesas. O local escolhido para refúgio foi o Brasil, que nessa altura era uma colónia portuguesa.

D. João VI elevou o Brasil à categoria de Reino, unido ao de Portugal. Para representar esta nova realidade alterou-se a bandeira: incluiu-se a esfera armilar sobre fundo azul (o que se considerou símbolo do Brasil).

"No século XIX, surgiram pela primeira vez dois partidos políticos com ideias muito diferentes sobre a forma de governar" (Magalhães e Alçada, 1997:12): os absolutistas e os liberais. Se os primeiros pretendiam manter tudo como estava, já os segundos propunham mudanças ao nível da divisão de poderes.

Houve vários conflitos mas acabaram por triunfar os liberais, tendo D. João VI aceite a Constituição.

Com a morte de D. João VI coloca-se em causa a questão da sucessão. Por um lado, D. Pedro, apesar de liberal era imperador do Brasil, por outro D. Miguel, que embora disponível, era absolutista e não aceite pelos liberais.

D. Pedro abdicou do trono do Brasil, regressou a Portugal e estalou uma guerra civil que durou dois anos.

Se por um lado, no campo de batalha, os absolutistas continuaram a usar a bandeira antes da independência do Brasil, por outros, os liberais criaram uma nova bandeira, modificando o

feitio da coroa e o fundo passou a ser azul e branco. Estas cores tornaram-se símbolos das ideias liberais. Como os liberais ganharam a guerra civil, a sua bandeira manteve-se e permaneceu idêntica até ao final da monarquia (Magalhães e Alçada, 1997:13).

"No final do século XIX surgiu o partido republicano que pretendia uma alteração radical: abolir a monarquia e implantar a república" (Magalhães e Alçada, 1997:14) apesar das suas tentativas de revolução apenas a 05 de Outubro de 1910, "depois de vários meses de preparação, houve uma revolução em Lisboa desta vez com êxito, proclamava-se a República na varanda da Câmara Municipal de Lisboa" (Magalhães e Alçada, 1997:15).

Ora "uma mudança tão profunda – da Monarquia à República – exigia que se escolhesse outra bandeira nacional" (Magalhães e Alçada, 1997:17) e, para tal foram convidados para a elaboração do novo projecto, várias pessoas de prestígio.

"A primeira proposta apresentada pela comissão encarregue de estudar a bandeira nacional" (Magalhães e Alçada, 1997:17) fora elaborada tendo em conta a justificação dos seguintes motivos: em relação às cores, o vermelho, "cor combativa e quente, é a cor da conquista e do riso. Uma cor cantante, ardente, alegre, lembra o sangue e incita à vitória", (Magalhães e Alçada, 1997:18) o verde, "cor de esperança e do relâmpago, significa uma mudança representativa na vida do país, a esfera armilar lembra os Descobrimentos Portugueses que é a fase mais brilhante da nossa História, portanto deve aparecer na bandeira, a faixa com sete castelos também deve permanecer porque representa a independência nacional e o escudo com as quinas deve continuar na bandeira como homenagem à bravura e aos feitos dos portugueses que lutaram pela independência" (Magalhães e Alçada, 1997:18).

O governo aceitou a proposta da Bandeira Nacional mas fez algumas alterações que resultaram numa bandeira

bipartida verticalmente em duas cores fundamentais, verde escuro e escarlate, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro, e sobreposto à união das cores, tem o escudo das armas nacionais, orlado de branco e assentado sobre a esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada de negro. O comprimento da bandeira é de vez e meia a altura da tralha. A divisória entre as duas cores fundamentais deve ser feita de modo que fiquem dois quintos do comprimento total ocupados pelo verde e os três quintos restantes pelo vermelho. O emblema central ocupa metade da altura da tralha, ficando equidistante das orlas superior e inferior (Governo da República Portuguesa, 2009).

A Bandeira Nacional foi aprovada pelo Governo em 29 de Novembro de 1910 e homologada pela Assembleia Constituinte em 11 de Junho de 1911. Os republicanos escolheram o dia 1 de Dezembro, data em que se comemora a Restauração da Independência, para ser também o dia da bandeira nacional (cf. Magalhães e Alçada, 1997:18-21).

IV. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES e LIMITAÇÕES do PRESENTE TRABALHO

Se é verdade que a bandeira nacional transporta consigo uma carga simbólica que traduz momentos da História de Portugal por outro, mantém-se inalterada desde 1910.

Numa outra perspectiva, considerando o tempo de permanência das bandeiras e o número de vezes que foi alterada, pode concluir-se que as mudanças de bandeira ocorreram numa média de 78,81 anos (ano vigente - ano primeira bandeira / n.º total de bandeiras; $2011-1143 = 868 / 11 = 78,81$) e, em períodos de mudança de reis/regime. A actual bandeira vigora inalterada há 100 anos, desde a implantação da República, a 05 de Outubro de 1910.

Talvez aquando do 25 de Abril de 1974 tivesse feito sentido uma mudança de bandeira, uma vez que o regime ditatorial Estado Novo tinha sido deposto e o regime democrático viria a ser implementado.

Porventura não se avançou para a alteração da bandeira como forma de assinalar esta mudança política devido à utilização, e rápida afirmação, dos símbolos caracterizadores deste evento: a pomba branca símbolo da paz, o cravo vermelho que foi colocado no cano das armas dos soldados a traduzir a vitória, mais tarde, a gaivota que significa a liberdade.

O poder metafórico destas imagens é tão imponente que perdura na memória histórica colectiva como os símbolos que assinalam e caracterizam o momento histórico que foi o 25 de Abril de 1974.

Com estas considerações não se pretende sugerir uma constante modificação da bandeira face às mudanças políticas, mas sim despertar o espírito crítico tendo em conta o significado que este símbolo nacional representa para os portugueses.

BIBLIOGRAFIA

Buescu, Ana Isabel Carvalhão, (1987, [1ª edição]): *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica

Dicionário da Língua Portuguesa, (2003-2011). *Batalha de Ourique*. Porto. Porto Editora. Url: [http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/ Batalha de Ourique](http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/Batalha%20de%20Ourique), último acesso a: 03/02/2011

Governo da República Portuguesa, (2009): *Evolução da bandeira nacional*. Url: [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Portugal/SimbolosNacionais/EvolucaoDaBandeira Nacional/Pages/BandeiraNacional_Evolucao.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Portugal/SimbolosNacionais/EvolucaoDaBandeiraNacional/Pages/BandeiraNacional_Evolucao.aspx), último acesso a: 03/03/2011

Magalhães, Ana Maria / Alçada, Isabel, (1997): *A bandeira e o hino: símbolos de Portugal*. Lisboa. Editorial do Ministério da Educação

Mattoso, José, (1998): *A identidade Nacional*. Lisboa. Gradiva

Menezes, Angela Dutra de, (2007): *O português que nos pariu – uma visão brasileira sobre a história dos portugueses*. Porto. Civilização Editora

Peres, Damião, (1969): *História de Portugal-Palestras na emissora nacional, Volume I - Origens e formação da nacionalidade*. Porto. Portucalense Editora